

Perfil social do desemprego recente

Waldir Quadros

**Texto para Discussão. IE/UNICAMP
n. 156, fev. 2009.**

ISSN 0103-9466

Perfil social do desemprego recente

Waldir Quadros ¹

Apresentação

Em trabalho anterior analisamos a evolução recente da estrutura social². Constatamos significativa melhora na base da pirâmide social, que resultou do crescimento econômico mais expressivo a partir de 2004, combinado com a elevação real do salário mínimo; o crescimento do trabalho com carteira, que torna mais efetiva a recuperação do piso legal; e a expansão dos programas de transferência de renda.

Chamamos atenção, contudo, que o processo de mobilidade ascendente resultou, sobretudo, na significativa expansão da massa trabalhadora pobre e da baixa classe média remediada (a chamada “classe C”).

De fato, como se observa na Tabela 1, a forte redução da camada de miseráveis (e indigentes) de 23,8% em 2002 para 10,1% em 2007, teve como principais contrapartidas o crescimento da massa trabalhadora de 28,4% para 32,6% e da baixa classe média de 29,6% para 36,0%.³

Na alta e média classe média os efeitos são bem mais modestos, revelando em nosso entendimento uma relativa fragilidade do desenvolvimento recente. Com efeito, os 11,0% que a média classe média representava da população em 2002 são ultrapassados apenas em 2006 (11,9%), para em 2007 situar-se em 13,0%, abaixo ainda da marca de 1998 (13,8%). Por sua vez, a alta classe média passa de 7,2% em 2002 para 7,8% em 2006 e 8,2% em 2007, próximo do nível de 1999 (8,0%).

(1) Professor colaborador do Cesit – Centro de estudos sindicais e de economia do trabalho e do IE/Unicamp. Nossos agradecimentos à colaboração do pesquisador do Cesit Dr. Alexandre Gori Maia.

(2) Cf. Quadros (2008a).

(3) Nesta estratificação social as famílias são classificadas a partir da posição na estratificação individual do seu membro melhor remunerado, independente de ele ser o chefe da família. Cf. Quadros (2008, p. 28).

Tabela
Estratificação social da população
Metodologia: membro melhor remunerado
Brasil ⁽¹⁾

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Indigentes
1981	8,3	13,2	36,4	25,3	15,5	1,2
1982	9,2	12,7	35,1	26,3	15,6	1,2
1983	6,9	12,0	28,0	27,4	24,4	1,4
1984	6,3	10,9	29,3	28,2	24,2	1,2
1985	8,5	12,9	31,2	29,3	17,1	0,9
1986	13,7	18,0	36,0	23,1	8,3	0,9
1987	9,3	13,5	32,0	24,7	19,4	1,1
1988	8,5	11,4	29,0	25,4	24,5	1,1
1989	10,6	13,1	28,3	23,8	22,9	1,3
1990	8,6	12,3	30,5	22,5	24,6	1,5
1992	5,9	11,0	28,2	27,5	25,7	1,8
1993	6,6	10,3	27,0	26,1	28,1	1,9
1995	9,3	12,5	30,3	26,6	19,3	2,1
1996	10,0	12,5	31,7	23,0	20,5	2,3
1997	8,6	13,6	29,0	24,4	21,9	2,4
1998	8,6	13,8	29,4	24,6	21,2	2,4
1999	8,0	11,6	31,5	25,6	20,8	2,5
2001	7,9	11,5	30,0	27,1	20,7	2,8
2002	7,2	11,0	29,6	28,4	21,5	2,3
2003	6,8	9,7	30,3	28,4	22,4	2,4
2004	6,4	10,3	29,4	30,7	21,1	2,0
2005	7,0	11,1	33,2	36,7	10,1	1,9
2006	7,8	11,9	34,7	34,4	9,6	1,7
2007	8,2	13,0	36,0	32,6	8,3	1,8

(1) Para compatibilizar a série de dados desde 1981, neste estudo não incluímos o norte rural, que passou a ser contemplado pela PNAD a partir de 2004.

Fonte: PNAD/IBGE.

A drástica alteração do cenário econômico mundial e seus reflexos nacionais apontam para uma provável reversão neste cenário de melhorias sociais, cuja profundidade e duração dependem fundamentalmente das medidas anticíclicas que serão, ou não, adotadas pelo governo federal. Seus primeiros resultados deverão ser registrados na PNAD de 2009, já que a pesquisa de 2008 foi realizada antes que os impactos mais expressivos sobre o mercado de trabalho e oportunidades se explicitassem.

Tendo como foco esta preocupação com a mudança no cenário pós 2008, julgamos relevante enfatizar os resultados mais significativos da dinâmica social no período 2004-2008, uma vez que constituem o ponto de partida para os impactos da grave crise que se anuncia.⁴

Neste sentido, procuraremos neste texto analisar a dimensão do **desemprego** recente, uma vez que ele constitui um dos principais canais de propagação da crise entre as famílias.

Traços gerais do desemprego recente

Apresentamos na Tabela 2 a proporção de desempregados dos diversos estratos da estrutura social em que as famílias são classificadas segundo a posição de seu membro melhor remunerado.

Antes de iniciarmos a análise dos dados são oportunos alguns esclarecimentos metodológicos. Seguindo os critérios do IBGE, ocupados são aqueles que declaram estar ocupado na semana do inquérito. Entretanto, com o objetivo de captar a parcela mais significativa do desemprego oculto pelo desalento, ampliamos para 2 meses o tempo de procura por ocupação que, atualmente, no desemprego aberto oficial se limita ao mês em que é realizada a PNAD. Por fim, para compatibilizar a série desde 1981 mantivemos o conceito de ocupação vigente até 1990. Com isso, a partir de 1992 não estão incluídos entre os ocupados os trabalhadores não remunerados com jornada inferior a 15 horas semanais e aqueles que, declarando-se sem ocupação na semana do inquérito, dedicam-se ao auto consumo e construção para uso próprio.⁵

Passando à análise dos dados, observamos em primeiro lugar que na década de noventa as taxas globais de desemprego crescem significativamente, atingindo em 1997/98 o elevado patamar que se mantém até agora. Ou seja, aqui também se revela outro aspecto da fragilidade do desenvolvimento recente, uma vez que, apesar das melhorias, ele ainda não foi suficiente para alterar substantivamente o quadro herdado dos anos noventa e só em 2007 a taxa de desocupação vai se situar em nível

(4) Ainda que a PNAD de 2008 só esteja disponível por volta de outubro de 2009, as tendências e perfis captados no período 2004 – 2007 devem continuar se manifestando neste último ano, permitindo desde já traçar em grandes linhas o cenário que será afetado.

(5) As implicações deste último ajuste são os seguintes. Em primeiro lugar, a quantidade de ocupados a partir de 1992 é inferior aos dados oficiais, sendo que a parcela não contemplada pelos nossos critérios é considerada como inativa, reduzindo a PEA na mesma proporção. Porém, os indivíduos nestas situações que procuraram ocupação nos dois meses anteriores ao inquérito são classificados como desocupados e, nesta condição, retornam à PEA.

razoavelmente abaixo de 2004 (10,3% contra 11,1%). Com certeza a PNAD de 2008 apontará nova redução, em razão do vigoroso crescimento do PIB até setembro.

Tabela 2
% de desocupados na PEA
Brasil

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1981	4,1	5,3	5,6	5,3	5,1	5,9
1982	3,7	4,9	5,0	5,0	4,7	5,3
1983	3,6	4,9	5,9	5,7	5,9	6,2
1984	2,8	4,6	4,8	4,8	5,2	5,2
1985	2,5	3,6	4,2	4,1	3,8	4,2
1986	2,5	3,1	3,4	3,4	3,4	3,5
1987	2,6	3,6	4,5	4,3	4,8	4,6
1988	2,9	3,8	4,8	4,9	5,5	5,2
1989	2,6	3,7	3,9	4,4	5,0	4,5
1990	2,8	3,8	4,7	4,6	4,8	5,0
1992	4,0	6,2	6,8	6,9	7,8	7,6
1993	4,6	5,8	7,1	7,6	8,7	8,1
1995	4,1	6,1	7,0	7,7	9,1	8,0
1996	4,5	6,8	8,0	8,7	10,3	9,0
1997	5,7	7,4	9,0	9,4	10,8	10,0
1998	5,8	9,1	10,3	10,5	11,6	11,1
1999	6,6	9,3	10,9	11,1	13,6	11,9
2001	5,8	7,9	9,8	11,0	14,7	11,6
2002	6,6	8,2	9,8	11,3	15,0	11,7
2003	6,0	8,4	9,9	11,6	16,1	12,2
2004	5,1	7,1	9,2	10,8	15,4	11,1
2005	5,9	8,2	9,8	12,6	15,9	11,7
2006	5,5	7,4	9,1	12,3	17,0	10,9
2007	5,1	7,1	9,0	11,8	15,9	10,3

Fonte: PNAD/IBGE.

É importante registrar que quando falamos em fragilidade do desenvolvimento recente em termos de desemprego, em hipótese alguma estamos desconsiderando o porte dos problemas herdados do longo período anterior de estagnação econômica. E também o fato de que apenas 5 anos de crescimento sem dúvida é um período curto para mudanças substanciais neste quadro. Ainda mais diante de taxas na faixa de 4,5% a.a., relativamente baixas para o padrão brasileiro de crescimento acelerado.

Assim sendo, pretendemos tão somente relativizar abordagens bastante recorrentes em áreas governamentais, comentaristas, analistas do mercado financeiro e consultores econômicos com forte presença na mídia, sugerindo que o problema teria sido superado pelo forte crescimento do emprego formal, de fato observado. Em nosso entendimento, este verdadeiro “oba-oba” midiático predominante até a eclosão da crise terminou por ocultar o problema do desemprego, servindo aos propósitos dos setores interessados em manter intocada a política econômica de viés conservador.

Outra constatação relevante, de caráter mais geral, é que a evolução do desemprego na estrutura social revela, como era de se esperar, que as taxas de desocupação crescem quando se caminha do topo para a base da pirâmide. Isto é, as famílias mais pobres são as que mais sofrem com este problema. Como as famílias são classificadas pela posição do membro melhor situado, as camadas inferiores são duplamente penalizadas: não atingem posições mais elevadas e carregam consigo uma maior proporção de desempregados, que significam subtração de renda familiar.

Ao se analisar o comportamento do desemprego entre os diversos estratos sociais é importante examinar conjuntamente a evolução da estrutura social apresentada na Tabela 1.⁶

Desta forma, verifica-se que a forte redução na proporção de miseráveis foi acompanhada de uma certa expansão do desemprego entre as famílias que permaneceram nesta situação (de 15,0% em 2002 para 15,9% em 2007).

Nas famílias da massa trabalhadora o expressivo crescimento na estrutura social também foi seguido de pequeno avanço do desemprego, que passa de 11,3% em 2002 para 11,8% em 2007.

Na baixa classe média a marcante expansão na estrutura social conjugou-se com leve redução do desemprego nos dois últimos anos da série, caindo de 9,8% em 2002 para 9,0% em 2007.

Na média classe média o relativo crescimento de 2006 e 2007 igualmente foi acompanhado de redução do desemprego, que passa de 8,2% em 2002 para 7,4% em 2006 e 7,1% em 2007. Comportamento idêntico se verifica na alta classe média, com o desemprego recuando de 6,6% em 2002 para 5,5% em 2006 e 5,1% em 2007.

(6) É importante registrar que tanto a estrutura social da população e dos desocupados como sua evolução ao longo do tempo refletem diretamente a metodologia de estratificação social adotada. Uma implicação imediata diz respeito ao fato de que, ao se classificar as famílias pela posição do seu membro melhor remunerado (e não, por exemplo, pela renda familiar per capita) a estrutura social torna-se mais sensível aos movimentos “potenciais” de mobilidade social, ascendente ou descendente. O que, na verdade, é uma das razões de sua adoção.

De todo modo, em todos os estratos sociais as taxas de desemprego em 2007 mantêm-se no mesmo patamar que se encontravam em 2004, ou são relativamente mais elevadas na base da pirâmide. Ou seja, o desenvolvimento econômico do período recente não foi capaz de alterar significativamente o quadro inicial, configurando-se preocupante situação de vulnerabilidade em um cenário futuro de previsível redução do crescimento e avanço do desemprego.

As especificidades regionais

Este panorama geral do desemprego ganha contornos mais nítidos ao se examinar seu comportamento nas diversas regiões consideradas neste trabalho⁷, a saber: A região A, com rendimentos mais elevados, engloba o Distrito Federal e os estados do sudeste e sul. Com a desagregação dos dados possibilitada pela PNAD a região A foi subdividida em: “A – regiões metropolitanas” (incluindo as regiões metropolitanas do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre) e “A – demais localidades” (abrangendo o “interior” dos estados que possuem regiões metropolitanas e o total dos estados que não as possuem, a saber, Espírito Santo e Santa Catarina).

A região B, com níveis intermediários de rendimentos, contempla os estados do norte e centro oeste, além das 3 metrópoles do nordeste. Da mesma forma que procedemos na primeira região, ela foi subdividida em “B – regiões metropolitanas” (incluindo as regiões metropolitanas do norte e nordeste: Belém, Fortaleza, Recife e Salvador) e “B – demais localidades” (incluindo as **áreas não rurais** dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá, e também o “interior” não rural do Pará, bem como o **total da população** dos estados de Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás).

Por fim, a região C, com níveis inferiores de rendimentos, inclui sem subdivisões o “interior” dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, além do total dos estados de Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Ou seja, abrange os estados do nordeste exceto suas regiões metropolitanas⁸.

A Tabela 3 apresenta as taxas regionais de desemprego para o período 2002-2007.

(7) Cf. Quadros (2008, p. 32).

(8) A partir de 2004 conforma-se também a região D, englobando as áreas rurais dos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará (não metropolitano), Rondônia e Roraima. Como já foi dito anteriormente, para compatibilizar a série de dados esta região não foi contemplada neste trabalho.

Tabela 3
Taxas regionais de desemprego
% s/PEA

Regiões	2002	2003	2004	2005	2006	2007
A - Metrôpoles	14,6	15,2	14,0	13,9	13,0	11,9
A - Demais localidades	10,2	10,6	9,1	9,9	9,1	8,9
B - Metrôpoles	18,6	19,0	18,4	18,5	17,7	16,6
B - Demais localidades	10,7	11,3	9,4	11,1	9,8	10,0
C	9,1	9,4	9,4	9,9	9,7	8,9
Total Brasil	11,7	12,2	11,1	11,7	10,9	10,3

Fonte: PNAD/IBGE.

Como se observa, as duas regiões que englobam as áreas metropolitanas são as que apresentam reduções mais sensíveis no desemprego em 2006 e 2007. Em função de sua expressão no cenário nacional, sem dúvida este comportamento mais favorável das regiões metropolitanas contribuiu bastante para a percepção de melhoria na situação social nos últimos anos. Contudo, diante do peso relativo destas regiões no desemprego total (apresentados na Tabela 4) e do comportamento menos expressivo das demais regiões, as taxas nacionais apresentam performance mais modesta, como vimos anteriormente.

Tabela 4
Composição regional do desemprego
(em %)

Regiões	2002	2003	2004	2005	2006	2007
A - Metrôpoles	32,6	32,3	32,8	31,1	31,3	30,3
A - Demais localidades	31,1	31,3	29,4	30,3	29,8	30,6
B - Metrôpoles	10,7	10,4	11,2	10,8	11,2	11,0
B - Demais localidades	9,5	9,7	9,0	10,3	9,6	10,6
C	16,1	16,3	17,6	17,5	18,1	17,5
Total Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE

Por fim, verificam-se algumas alterações na distribuição regional do estoque de desocupados: recua a concentração nas duas regiões mais desenvolvidas (“A – Metrôpoles” e “A – Demais localidades”), mantém-se praticamente estável na região “B – Metrôpoles”, avança com oscilações na região “B – Demais localidades” e mais nitidamente na região “C”.

O comportamento da taxa de atividade

Outro aspecto a ser considerado nesta análise é a evolução da taxa de atividade, medida pela relação entre a População Economicamente Ativa e a População

em Idade Ativa⁹. Se esta relação cresce significativamente pode indicar que o desemprego se mantém elevado devido ao fato de que, diante do melhor desempenho do mercado de trabalho, uma maior proporção de pessoas passa a procurar ocupação.

Entretanto, o exame da Tabela 5 revela que em termos globais a taxa de atividade permanece estável de 2004 a 2007 (0,61).¹⁰ Já as taxas dos diversos estratos sociais apresentam algumas variações significativas, que devem ser analisadas em conjunto com o comportamento da estrutura social e do desemprego.

Tabela 5
Taxa de atividade (% PEA/PIA)
Brasil

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1981	0,53	0,54	0,56	0,55	0,51	0,54
1982	0,54	0,55	0,57	0,57	0,53	0,56
1983	0,53	0,54	0,56	0,57	0,55	0,56
1984	0,54	0,55	0,56	0,57	0,54	0,55
1985	0,55	0,56	0,57	0,58	0,54	0,57
1986	0,56	0,57	0,58	0,56	0,48	0,56
1987	0,57	0,58	0,59	0,60	0,53	0,58
1988	0,56	0,57	0,59	0,60	0,55	0,58
1989	0,57	0,58	0,60	0,59	0,54	0,58
1990	0,57	0,58	0,59	0,60	0,54	0,58
1992	0,57	0,60	0,63	0,64	0,64	0,62
1993	0,57	0,59	0,61	0,61	0,57	0,59
1995	0,58	0,60	0,61	0,60	0,57	0,59
1996	0,58	0,59	0,61	0,60	0,51	0,57
1997	0,59	0,60	0,61	0,61	0,53	0,59
1998	0,58	0,59	0,61	0,61	0,53	0,59
1999	0,59	0,60	0,62	0,62	0,53	0,59
2001	0,60	0,61	0,63	0,61	0,52	0,59
2002	0,61	0,62	0,64	0,62	0,53	0,60
2003	0,61	0,62	0,64	0,62	0,52	0,60
2004	0,61	0,62	0,64	0,63	0,53	0,61
2005	0,63	0,63	0,64	0,58	0,63	0,61
2006	0,63	0,64	0,64	0,57	0,60	0,61
2007	0,64	0,65	0,65	0,55	0,59	0,61

Fonte: PNAD/IBGE.

(9) A PIA engloba as pessoas com idade igual ou superior a 10 anos e a PEA inclui a parcela da PIA que está ocupada ou procurando ocupação.

(10) Este comportamento dos últimos anos, após o crescimento anterior, pode ser devido à desaceleração no ingresso de jovens no mercado de trabalho (o chamado “bônus populacional”) e à estabilização da participação feminina.

É assim que a forte retração na proporção de miseráveis a partir de 2005 é acompanhada do avanço do desemprego e da taxa de atividade, provavelmente devido a maior procura por ocupação entre as famílias que permanecem neste estrato. Por sua vez, na massa trabalhadora a expansão na estrutura social e no desemprego é seguida de redução na taxa de atividade.

Na baixa classe média esta taxa mantém-se praticamente constante no período. Já na alta e média classe média a relativa expansão nos dois últimos anos da série é acompanhada de leve redução no desemprego e crescimento na taxa de atividade.

Em termos regionais, o comportamento também é de relativa estabilidade nas taxas de atividade, conforme se observa na Tabela 6.

Tabela 6
Taxas regionais de atividade
(% PEA/PIA)

Regiões	2002	2003	2004	2005	2006	2007
A - Metrôpoles	0,62	0,61	0,62	0,63	0,63	0,63
A - Demais localidades	0,61	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62
B - Metrôpoles	0,60	0,59	0,60	0,62	0,61	0,61
B - Demais localidades	0,61	0,60	0,61	0,62	0,60	0,61
C	0,57	0,58	0,58	0,58	0,57	0,57
Total Brasil	0,60	0,60	0,61	0,61	0,61	0,61

Fonte: PNAD/IBGE.

As dimensões absolutas

Examinamos até este momento o comportamento relativo do desemprego. Passemos agora à análise de suas dimensões absolutas, agregando para efeito de comparação o desempenho da ocupação.

A Tabela 7 apresenta o número de indivíduos desocupados e ocupados dos diversos estratos sociais, e a Tabela 8 as respectivas distribuições percentuais.

Tabela 7
Número de desocupados e ocupados
Brasil

Estratos Sociais	2003	2004	2005	2006	2007	2007- 2003
Número de desocupados (mil)						
Alta classe média	385	311	410	435	443	58
Média classe média	770	696	905	884	958	188
Baixa classe média	2.773	2.553	3.178	3.114	3.240	467
Massa trabalhadora	2.868	2.941	3.919	3.573	3.216	349
Miseráveis	2.529	2.316	1.288	1.260	1.028	(1.501)
Indigentes	1.122	907	919	785	801	(322)
Ignorado	161	195	141	148	194	33
Total	10.608	9.920	10.760	10.199	9.880	(729)
Número de ocupados (mil)						
Alta classe média	6.016	5.776	6.594	7.542	8.179	2.162
Média classe média	8.381	9.141	10.122	11.130	12.552	4.171
Baixa classe média	25.339	25.235	29.093	31.059	32.826	7.487
Massa trabalhadora	21.781	24.345	27.212	25.579	24.052	2.271
Miseráveis	13.215	12.753	6.815	6.163	5.456	(7.759)
Indigentes ¹¹	-	-	-	-	-	-
Ignorado	1.857	2.159	1.671	2.023	2.554	698
Total	76.589	79.409	81.505	83.496	85.618	9.030

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 8
Composição social dos desocupados e ocupados
Brasil

Estratos Sociais	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Proporção de desocupados (%)						
Alta classe média	4,4	3,7	3,2	3,9	4,3	4,6
Média classe média	8,4	7,4	7,2	8,5	8,8	9,9
Baixa classe média	26,7	26,5	26,3	29,9	31,0	33,5
Massa trabalhadora	27,7	27,4	30,2	36,9	35,5	33,2
Miseráveis	22,4	24,2	23,8	12,1	12,5	10,6
Indigentes	10,3	10,7	9,3	8,7	7,8	8,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Proporção de ocupados (%)						
Alta classe média	8,4	8,1	7,5	8,3	9,3	9,8
Média classe média	12,6	11,2	11,8	12,7	13,7	15,1
Baixa classe média	32,8	33,9	32,7	36,4	38,1	39,5
Massa trabalhadora	29,1	29,1	31,5	34,1	31,4	29,0
Miseráveis	17,1	17,7	16,5	8,5	7,6	6,6
Indigentes	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

(11) Por definição não existem ocupados entre os indigentes – famílias sem nenhum membro ocupado e sem nenhuma renda declarada

Observa-se em primeiro lugar que o crescimento de 9 milhões de ocupados no quadriênio 2003-2007 teve um reduzido impacto no estoque de desocupados, que cai apenas em 730 mil indivíduos. Assim sendo, a PNAD de 2007 aponta a preocupante massa de 9,9 milhões de desocupados, que ainda deve se reduzir em 2008.

Em segundo lugar verifica-se que a redução absoluta do desemprego ocorreu exclusivamente entre os miseráveis e indigentes, que caem em conjunto 1,8 milhão. Contudo, por força da já apontada ascensão social na base da pirâmide, o emprego também recuou 7,8 milhões.

Por outro lado, e como era de se esperar, a pirâmide da ocupação apresenta um formato melhor do que a do desemprego, no sentido de uma maior participação dos estratos sociais superiores e menor dos inferiores. E, ao se examinar a evolução ao longo do período aqui considerado, percebe-se nitidamente uma mudança de patamar em 2005, pelas razões analisadas em texto anterior¹².

No que diz respeito aos ocupados, em 2005 as participações daqueles que se encontram nas famílias da **alta e média classe média** retornam aos níveis de 2002, que haviam sido rebaixados pelo mau desempenho da economia em 2003. Crescem a partir de 2006, de forma um pouco mais expressiva na média classe média. Entretanto, esta relativa melhoria não é acompanhada de uma redução na participação no desemprego. De fato, a ligeira retração em 2003 e 2004 acompanha a simultânea redução nos ocupados, sugerindo um processo de rebaixamento social em que famílias que descem na estratificação levam consigo seus desempregados. Ou, que a queda é provocada justamente pela desocupação do membro melhor remunerado.

Por sua vez, o crescimento da proporção de desocupados a partir de 2005 acompanha a expansão dos ocupados, sugerindo que uma parcela das famílias beneficiadas pela melhoria no emprego continua afetada pelo desemprego. Ou mesmo que o desemprego avança entre as famílias que já se encontravam nestes estratos.

As famílias da **baixa classe média** são as que concentram a maior proporção de ocupados, que cresce significativamente a partir de 2005. Entretanto, esta evolução igualmente se faz acompanhar de um simultâneo incremento no desemprego, de tal forma que em 2007 sua proporção equivale a da massa trabalhadora, que até então era a mais numerosa.

Assim, em 2007 as famílias da baixa classe média concentram 40% dos ocupados e 34% dos desocupados, que representam séria fragilidade num cenário de agravamento do desemprego e queda nos rendimentos.

(12) Cf. Quadros (2008a).

As famílias da **Massa trabalhadora** concentram o segundo contingente de ocupados. Até 2004 esta participação ficava logo abaixo da baixa classe média. Contudo, a partir de 2005 esta distância se amplia uma vez que sua participação é declinante, refletindo o processo de mobilidade ascendente (provavelmente) para o estrato imediatamente superior. De todo modo, a proporção de ocupados em 2007 é idêntica àquelas de 2002 e 2003.

Todavia, a desocupação também é crescente ao longo do período analisado, exceto em 2007 quando apresenta um pequeno retrocesso. O forte incremento em 2005 reflete a expressiva ascensão de famílias oriundas do estrato de miseráveis, como veremos a seguir. Em 2007 estas famílias concentram 33% dos desocupados contra 29% dos ocupados, expressando a já apontada fragilidade social.

Entre os **miseráveis** a proporção de ocupados cai praticamente para a metade em 2005, fruto do anteriormente mencionado processo de mobilidade social.¹³ Comportamento idêntico é observado na proporção de desocupados.

Por sua vez, a proporção de desocupados entre os **indigentes** recua ligeiramente ao longo do período, o que pode indicar certa absorção pelo mercado de trabalho. Lembrando que ao se tornarem ocupados deixam de pertencer ao estrato de indigentes.

Tomados em seu conjunto, observa-se em 2007 que a proporção de desocupados que se encontram nas famílias destes dois estratos sociais pior situados (18,9%) equivale a praticamente o triplo dos ocupados (6,6%).

Para concluir este item é importante chamar atenção, mais uma vez, que em 2007 a proporção dos desocupados que se encontram nas famílias da baixa classe média e da massa trabalhadora atingia, em seu conjunto, 67% do total, indicando um pesado fardo para o enfrentamento de tempos mais difíceis que se anunciam no horizonte a partir de 2009.

A Tabela 9 apresenta a distribuição regional dos desempregados da baixa classe média no período recente. Como se observa, eles estão fortemente concentrados nas regiões menos desenvolvidas, sendo que a participação da região “A – Metrôpoles” vem decrescendo gradualmente e é estável na região “A – Demais localidades”. Na região “B – Metrôpoles” a proporção é relativamente estável e cresce nas regiões “B – Demais localidades” e “C”.

(13) Como foi apontado em Quadros (2008a), parcela expressiva deste movimento observado em 2005 decorre de procedimentos metodológicos, cf. p. 12.

Tabela 9
Distribuição regional dos desocupados da baixa classe média

Regiões	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Número de desocupados (mil)						
A - Metrôpoles	1.075	1.128	1.016	1.200	1.194	1.190
A - Demais localidades	919	1.005	876	1.099	1.077	1.128
B - Metrôpoles	197	181	198	242	254	252
B - Demais localidades	222	228	228	327	296	322
C	227	231	235	310	293	348
Total Brasil	2.639	2.773	2.553	3.178	3.114	3.240
Proporção de desocupados (%)						
A - Metrôpoles	40,7	40,7	39,8	37,8	38,4	36,7
A - Demais localidades	34,8	36,2	34,3	34,6	34,6	34,8
B - Metrôpoles	7,5	6,5	7,8	7,6	8,1	7,8
B - Demais localidades	8,4	8,2	8,9	10,3	9,5	9,9
C	8,6	8,3	9,2	9,8	9,4	10,7
Total Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Conforme se verifica na Tabela 10 os desocupados da massa trabalhadora revelam uma distribuição regional distinta da baixa classe média, com menor concentração nas duas regiões mais desenvolvidas, sobretudo na região “A – Metrôpoles”, e com tendência de queda.

Ainda que nas outras três regiões as proporções sejam crescentes, a região “C” se destaca neste movimento e em 2007 alcança a região “A – Metrôpoles”.

Tabela 10
Distribuição regional dos desocupados da Massa trabalhadora

Regiões	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Número de desocupados (mil)						
A - Metrôpoles	796	891	921	992	893	698
A - Demais localidades	949	953	959	1.202	1.036	996
B - Metrôpoles	296	287	326	493	487	439
B - Demais localidades	271	315	293	444	366	378
C	431	421	442	788	791	704
Total Brasil	2.742	2.868	2.941	3.919	3.573	3.216
Proporção de desocupados (%)						
A - Metrôpoles	29,0	31,1	31,3	25,3	25,0	21,7
A - Demais localidades	34,6	33,2	32,6	30,7	29,0	31,0
B - Metrôpoles	10,8	10,0	11,1	12,6	13,6	13,7
B - Demais localidades	9,9	11,0	10,0	11,3	10,2	11,8
C	15,7	14,7	15,0	20,1	22,1	21,9
Total Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

O perfil dos desocupados em 2007: idade, cor, gênero e escolaridade

Já dimensionado o porte do problema e apresentada a estratificação social dos desempregados no período recente, procuramos agora avançar na caracterização do seu perfil sócio-econômico incorporando, para o ano de 2007, as variáveis idade, escolaridade, cor e gênero.

Como se verifica na Tabela 11, três faixas etárias respondem por 61% dos desempregados em 2007, a saber: 15 – 19 anos (24%), 20 – 24 anos (22%) e 25 – 29 anos (15%). Se incluirmos a faixa de 30 – 34 anos este percentual sobe a 71%. Assim sendo, fica mais uma vez evidenciada a gravidade do desemprego juvenil e de adultos jovens.

Tabela 11
Faixa etária dos desocupados
Brasil - 2007

Faixas Etárias	nº de pessoas (mil)	%
10-14 anos	274	2,8
15-19 anos	2.327	23,5
20-24 anos	2.184	22,1
25-29 anos	1.499	15,2
30-34 anos	1.006	10,2
35-39 anos	802	8,1
40-44 anos	627	6,4
45-49 anos	491	5,0
50-54 anos	317	3,2
55-59 anos	191	1,9
60-64 anos	97	1,0
65 ou +anos	64	0,6
TOTAL	9.880	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

A Tabela 12 apresenta a composição das faixas etárias dos desocupados em termos de gênero e cor. Focando nossa atenção nas três faixas mais numerosas, verifica-se que entre os jovens desocupados de 15 a 19 anos existe uma clara hierarquia fortemente determinada pela cor, em que predominam as jovens negras (com 28,5%) seguidas pelos negros (26,5%), brancas (24,5%) e brancos (20,4%).

Já na faixa de 20 a 24 anos ganha relevo o gênero, avançando a participação das mulheres negras (32,0%) e brancas (26,6%), que assumem a segunda pior posição. Os homens negros ficam com a terceira (23,9%) e os brancos são os relativamente menos afetados (17,5%).

Com taxas de participação um pouco diferentes, esta última estrutura se reproduz na faixa de 25 a 29 anos e também nas seguintes, até a de 40 a 44 anos. Com isso ela caracteriza o conjunto dos desocupados.

Tabela 12
Faixa etária, cor e gênero dos desocupados (em %)
Brasil - 2007

Faixas Etárias	Homem branco	Mulher branca	Homem negro	Mulher negra	Total
10-14 anos	19,8	14,0	41,9	24,3	100,0
15-19 anos	20,4	24,5	26,5	28,5	100,0
20-24 anos	17,5	26,6	23,9	32,0	100,0
25-29 anos	15,7	28,4	19,9	36,0	100,0
30-34 anos	14,1	29,9	19,4	36,6	100,0
35-39 anos	13,9	32,4	18,3	35,5	100,0
40-44 anos	16,6	27,8	20,5	35,0	100,0
45-49 anos	20,5	30,5	20,3	28,8	100,0
50-54 anos	24,9	24,7	27,0	23,4	100,0
55-59 anos	32,2	20,4	27,0	20,3	100,0
60-64 anos	33,4	14,3	30,9	21,4	100,0
65 ou +anos	37,6	14,9	34,4	13,1	100,0
TOTAL	18,2	26,8	23,4	31,6	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Algumas importantes qualificações adicionais sobre estas faixas etárias podem ser obtidas de suas respectivas estratificações sociais, tal como se apresenta na Tabela 13.

Verifica-se que os jovens de 15 a 19 anos conformam uma pirâmide social com melhor perfil em relação às outras duas faixas etárias aqui examinadas, bem como em comparação com o total de desocupados. De fato, é a que registra a menor proporção de miseráveis (13,4%) e a maior de baixa classe média (37,5%)

Na faixa de 20 a 24 anos cresce a proporção de miseráveis (17,3%) e cai a da massa trabalhadora (32,4%) e da baixa classe média (33,6%). Esta piora se acentua na faixa de 25 a 29 anos, com uma proporção de miseráveis (21,6%) superior a do conjunto dos desocupados (18,9%).

Tabela 13
Estratificação social das faixas etárias de desocupados
Brasil - 2007

Estratos Sociais	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	Total
Alta classe média	4,4	5,6	4,8	4,6
Média classe média	10,5	11,1	10,4	9,9
Baixa classe média	37,5	33,6	33,0	33,5
Massa trabalhadora	34,2	32,4	30,2	33,2
Miseráveis e indigentes	13,4	17,3	21,6	18,9
Total dos desocupados	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Passemos agora ao exame da escolaridade destes segmentos sociais, num primeiro momento sem considerar suas estratificações sociais com o intuito de não congestionar exageradamente a exposição.

As Tabelas 14 a 17 apresentam os dados de escolaridade para o total de desocupados e para as três faixas etárias selecionadas.¹⁴

Inicialmente não discriminando por gênero e cor, ou seja, considerando apenas a coluna de total de cada tabela, verifica-se que as três faixas etárias apresentam uma menor proporção de desocupados com o 1º grau que o total de desocupados, que é de 45,8%. Por sua vez, a faixa de 25 a 29 anos se destaca negativamente com uma taxa de 42,1%.

Em contrapartida, nas três faixas é maior a proporção de desocupados com o 2º grau, sobressaindo-se os jovens de 15 a 19 anos com 61,8%. Entre estes, as mulheres apresentam taxas ainda maiores: 70,7% das brancas e 65,4% das negras.

Por fim, a faixa de 20 a 24 anos chama atenção por sua maior proporção de desocupados com 3º grau (14,6%), com os brancos sobressaindo-se: 22,3% dos homens e 18% das mulheres.

(14) Para tornar a análise mais operacional adotamos três níveis de escolaridade: até o primeiro grau completo (1º grau), com segundo grau completo e incompleto (2º grau) e com terceiro grau completo e incompleto (3º grau).

Perfil social do desemprego recente

Tabela 14
Escolaridade do total de desocupados
Brasil - 2007

Escolaridade dos segmentos	Homem branco	Mulher branca	Homem negro	Mulher negra	Total
1º grau	48,6	39,1	54,3	43,5	45,8
2º grau	41,2	49,2	39,6	48,7	45,3
3º grau	10,2	11,7	6,1	7,8	8,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 15
Escolaridade da faixa de 15 a 19 anos
Brasil - 2007

Escolaridade dos segmentos	Homem branco	Mulher branca	Homem negro	Mulher negra	Total
1º grau	34,8	19,0	43,7	29,3	31,7
2º grau	58,8	70,7	52,2	65,4	61,8
3º grau	6,4	10,3	4,1	5,4	6,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 16
Escolaridade da faixa de 20 a 24 anos
Brasil - 2007

Escolaridade dos segmentos	Homem branco	Mulher branca	Homem negro	Mulher negra	Total
1º grau	32,0	25,3	35,3	26,3	29,2
2º grau	45,7	56,7	54,3	63,0	56,2
3º grau	22,3	18,0	10,4	10,7	14,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 17
Escolaridade da faixa de 25 a 29 anos
Brasil - 2007

Escolaridade dos segmentos	Homem branco	Mulher branca	Homem negro	Mulher negra	Total
1º grau	41,0	43,2	48,5	38,3	42,1
2º grau	44,4	44,5	43,3	51,1	46,6
3º grau	14,5	12,3	8,2	10,6	11,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Conclusões gerais

O crescimento econômico recente (até 2007) não foi capaz de reduzir significativamente a massa e a proporção de desocupados, o que constitui importante vulnerabilidade social em um cenário futuro de queda expressiva no crescimento econômico, com agravamento do desemprego e retração dos rendimentos.

Os desocupados acompanharam o movimento de mobilidade social ascendente dos estratos sociais inferiores, situando-se majoritariamente na baixa classe média (remediada) e na massa trabalhadora (pobre). Com isso, estes dois estratos sociais que cresceram significativamente no período de expansão econômica (2004-2008), encontram-se bastante vulneráveis no novo cenário mais desfavorável e podem sofrer sério processo de mobilidade descendente.

Examinando-se o perfil dos desocupados em 2007 verifica-se que eles continuam fortemente concentrados nas faixas etárias mais jovens, com uma proporção de jovens negras superior àquela das mulheres negras no conjunto dos desocupados, onde igualmente são majoritárias.

Por fim, nestes segmentos mais jovens de desocupados predominam aqueles com 2º grau de escolaridade, com taxas expressivas de 3º grau nas faixas etárias pertinentes.

Referências bibliográficas

QUADROS, Waldir José de. *A evolução da estrutura social brasileira – Notas metodológicas*. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, Nov. 2008. 30p. (Texto para Discussão, n. 147).

QUADROS, Waldir José de. *A evolução recente da estrutura social brasileira*. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, Nov. 2008a. 45p. (Texto para Discussão, n. 148).